



Centro de Bem-Estar Infantil e
Juvenil do Coração de Jesus
Casa de Acolhimento

**Centro de Bem-Estar Infantil e Juvenil do Coração de Jesus
Casa de Acolhimento**

**Demonstrações Financeiras
Período de 2022**



Índice

Relatório de Gestão	4
1. Introdução	4
2. Evolução de rendimentos e ganhos	4
3. Evolução de gastos e perdas	5
4. Investimentos	6
5. Acontecimentos após a data do Balanço	7
6. Dívidas à segurança social e à administração fiscal	7
7. Notas finais	7
Balanço	8
Demonstração dos Resultados por Naturezas	9
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa	12
8. Identificação da Entidade	13
9. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	13
10. Principais Políticas Contabilísticas	13
10.1. Bases de Apresentação	14
10.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	15
11. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	19
12. Activos Fixos Tangíveis	19
13. Inventários	20
14. Rédito	21
15. Subsídios do Governo e apoios do Governo	21
16. Benefícios dos empregados	21
17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	21
18. Outras Informações	22
18.1. Investimentos Financeiros	22
18.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	22
18.3. Clientes e Utentes	22
18.4. Outras contas a receber	22
18.5. Diferimentos	22
18.6. Caixa e Depósitos Bancários	23
18.7. Fundos Patrimoniais	23
18.8. Fornecedores	23



18.9. Estado e Outros Entes Públicos.....	23
18.10.Outras Contas a Pagar.....	24
18.11.Fornecimentos e serviços externos	24
18.12.Outros rendimentos e ganhos	24
18.13.Outros gastos e perdas	24
18.14.Resultados Financeiros	25
18.15.Acontecimentos após data de Balanço.....	25



Relatório de Gestão

1. Introdução

A Casa de Acolhimento designada por Centro de Bem-Estar Infantil e Juvenil do Coração de Jesus é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, propriedade da Congregação das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora, Instituto Religioso de Vida Apostólica e de Direito Pontifício.

Fundado em 1893 com o nome de Asilo-Colégio do Sagrado Coração de Jesus, é uma Instituição Católica que se orienta pelos princípios apresentados nos seus Estatutos, aprovados pelo Bispo da Diocese, nos termos do Artº 454 do Código Administrativo.

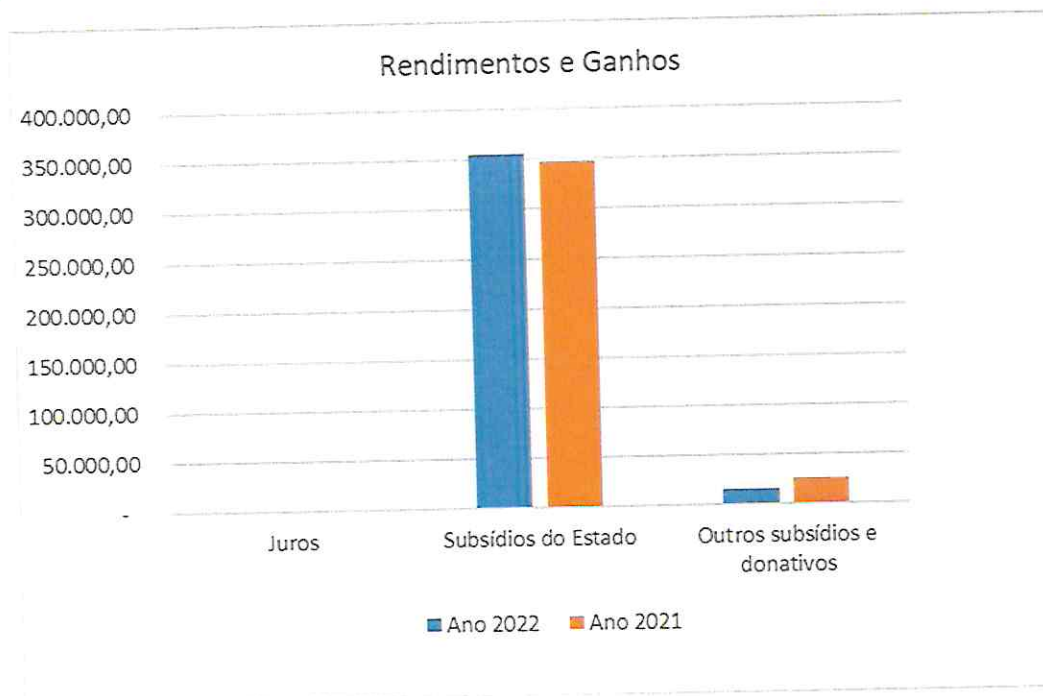
Destina-se a acolher crianças e jovens do sexo feminino em situação de perigo com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos que residam ou se encontrem em território nacional a quem foi aplicada uma medida de promoção e proteção de acolhimento residencial.

O acolhimento de crianças e jovens numa Casa de Acolhimento constitui uma medida de proteção contra maus-tratos, negligência e/ou incapacidade educativa dos seus progenitores ou substitutos que impossibilitam a existência de condições básicas para o desenvolvimento integral dessas crianças/jovens.

Durante o ano 2022, a Casa de Acolhimento acolheu um número ligeiramente superior de utentes face ao ano transato. Como poderemos verificar na exposição apresentada a seguir, este aumento provocou variações nos apoios registados que não se refletiu nos gastos suportados.

2. Evolução de rendimentos e ganhos

Durante o ano 2022 a Casa de Acolhimento registou uma diminuição dos donativos obtidos e um aumento dos subsídios atribuídos pela Segurança Social. Estes últimos resultam do aumento do número médio de jovens acolhidas no período de 2022.



O quadro abaixo apresenta a variação ocorrida no período. Como podemos constatar, em termos totais, a variação ocorrida é insignificante, encontrando-se ligeiramente acima dos 3 mil euros.

Rendimentos	2022	2021	Varição \$	Varição %
Juros	1.022,73	1.479,45	(456,72)	-31%
Subsídios do Estado e outros entes públicos	354.701,80	347.665,47	7.036,33	2%
Outros subsídios e donativos	15.232,93	24.966,17	(9.733,24)	-39%
Total	370.957,46	374.111,09	(3.153,63)	-1%

3. Evolução de gastos e perdas

A estrutura de gastos manteve-se inalterada durante o ano 2022. Os Gastos com pessoal continuam a representar a maior fatia dos gastos com um peso de 63% na totalidade dos gastos. Em segundo lugar temos os Fornecimentos e serviços externos com um peso de 20% face à totalidade dos gastos incorridos. Esta rubrica em particular registou um aumento significativo em 2022 fruto da decisão de subcontratação do serviço de cozinha, provocando uma transferência de gastos da rubrica do CMVMC (Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas) para a rubrica de FSE's.



Em termos totais, os gastos incorridos sofreram uma diminuição de dois pontos percentuais. Esta diminuição resulta de uma descida nas depreciações praticadas, que tendencialmente têm vindo a diminuir dada a falta de investimento; resulta de uma descida nos gastos com pessoal em resultado da diminuição de pessoal; e uma descida na rubrica de Outros gastos e resultado da diminuição da Restituição de Abonos. As variações nas rubricas de CMVMC e FSE resultam da decisão de subcontratação do serviço de cozinha tal como referido anteriormente.

	2022	2021	Variação €	Variação %
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	18.773,30	30.186,47	(11.413,17)	-38%
Fornecimentos e serviços externo	59.461,26	46.537,58	12.923,68	28%
Gastos com pessoal	190.709,24	194.655,41	(3.946,17)	-2%
Outros gastos e perdas	6.018,10	9.457,73	(3.439,63)	-36%
Depreciações e amortizações	29.740,92	38.489,87	(8.748,95)	-23%
Total	304.702,82	319.327,06	(14.624,24)	-5%

4. Investimentos

Tal como já referido e como podemos verificar pelo quadro abaixo apresentado, durante o período não se registou um significativo investimento em ativos fixos. Está previsto um investimento no edifício da Casa de Acolhimento que já iniciou em 2023.



Investimentos/Desinvestimentos	2022	2021	Variação €
Edifícios e outras Construções	-	-	-
Equipamento Básico	-	1.917,70	(1.917,70)
Equipamento de Transporte	-	-	-
Equipamento Administrativo	1.589,36	-	1.589,36
Outros ativos fixos	858,19	-	858,19
Total	2.447,55	1.917,70	529,85

5. Acontecimentos após a data do Balanço

Não se registaram quais factos que possam colocar em causa as demonstrações financeiras apresentadas bem como as suas notas.

6. Dívidas à segurança social e à administração fiscal

A situação junto da Segurança Social e a Administração Fiscal encontra-se regularizada.

7. Notas finais

Agradecemos aos vários organismos públicos a confiança que depositaram nos nossos serviços; aos nossos fornecedores pela disponibilidade e compreensão; e aos diversos colaboradores e funcionários pelo rigor e vontade de colaboração.

Porto, 15 de março de 2023

Balanço

Centro de Bem-Estar Infantil e Juvenil do Coração de Jesus - Casa de Acolhimento

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2022	31-12-2021
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	224.968,03	252.261,40
Investimentos financeiros	11.1	3.608,33	3.788,67
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		228.576,36	256.050,07
Ativo corrente			
Inventários	6	648,89	411,56
Estado e outros Entes Públicos	11.9	956,99	570,99
Créditos a receber	11.4	411,70	654,65
Diferimentos	11.5	158,97	
Caixa e depósitos bancários	11.6	700.078,38	562.300,02
Subtotal		702.254,93	563.937,22
Total do Ativo		930.831,29	819.987,29
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO			
Fundos Próprios			
Fundos	11.7	304.535,52	304.535,52
Resultados transitados	11.7	409.129,61	350.536,87
Outras variações nos fundos patrimoniais		39.600,00	38.400,00
Resultado Líquido do período		77.488,68	60.992,74
Total do capital próprio		830.753,81	754.465,13
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.8	4.643,65	3.507,21
Estado e outros Entes Públicos	11.9	8.477,67	8.427,59
Diferimentos	11.5	29.971,10	
Outros passivos financeiros	11.10	56.985,06	53.587,36
Subtotal		100.077,48	65.522,16
Total do passivo		100.077,48	65.522,16
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		930.831,29	819.987,29

Porto, 15 de março de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Sandra Maria Martins

A DIRECÇÃO

*Maria Goreti Santos Pereira
Maria dos Anjos Marques Pereira
Moria da Silva Rosal Martins*

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Centro de Bem-Estar Infantil e Juvenil do Coração de Jesus - Casa de Acolhimento

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	8	369.934,73	372.631,64
Subsídios, doações e legados à exploração	6	(18.773,30)	(30.186,47)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11.11	(59.461,26)	(46.537,58)
Fornecimentos e serviços externos	9	(190.709,24)	(194.655,41)
Gastos com o pessoal	11.12	11.234,04	6.208,71
Outros rendimentos e ganhos	11.13	(6.018,10)	(9.457,73)
Outros gastos e perdas			
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		106.206,87	98.003,16
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(29.740,92)	(38.489,87)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		76.465,95	59.513,29
Juros e rendimentos similares obtidos	11.14	1.022,73	1.479,45
Resultados antes de impostos		77.488,68	60.992,74
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		77.488,68	60.992,74

Porto, 15 de março de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Jandira Marcia Martins

A DIRECÇÃO

*Maria Graça Santos Pereira
Maria dos Anjos Marques Pereira
Moria da Luz Amaral Martins*

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Centro de Bem-Estar Infantil e Juvenil do Coração de Jesus - Casa de Acolhimento
 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2022

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade							Unidade Monetária: Euros			
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	6	304.535,52	-	-	350.536,87	-	-	38.400,00	60.992,74	754.465,13	-	754.465,13
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adoção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	-	-	-	60.992,74	-	-	-	(60.992,74)	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8											
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8											
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações	10				(2.400,00)							(1.200,00)
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2022	6+7+8+10	304.535,52	-	-	409.129,61	-	-	39.600,00	77.488,68	830.753,81	-	830.753,81

Porto, 15 de março de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Sandra Loucia Fortin

A DIRECÇÃO

*Glória Góes Santos Pereira
 Maria dos Anjos Marques Póvoa
 Maria da Luz Simão Martins*

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

Centro de Bem-Estar Infantil e Juvenil do Coração de Jesus - Casa de Acolhimento
 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2021

Unidade Monetária: Euros

DESCRICÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade							Total dos Fundos Patrimoniais			
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transítados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais		Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	1	304.535,52	-	-	296.303,06	-	-	39.600,00	54.233,81	694.672,39	-	694.672,39
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adoção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Ajustamentos por impostos diferidos					54.233,81			(1.200,00)	(54.233,81)	(1.200,00)		(1.200,00)
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2				54.233,81			(1.200,00)	(54.233,81)	(1.200,00)		(1.200,00)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								60.992,74	60.992,74		60.992,74
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3								6.758,93	59.792,74		59.792,74
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
POSICÃO NO FIM DO ANO 2021	5	304.535,52	-	-	350.536,87	-	-	38.400,00	60.992,74	753.265,13	-	754.465,13
	6=1+2+3+4											

Porto, 15 de março de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Sandra Maria Fátima

A DIRECÇÃO

*Maria Gorete Santos Pereira
 Maria dos Anjos Marques Pereira
 Maria da Luz Amara Bastina*

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Centro de Bem-Estar Infantil e Juvenil do Coração de Jesus - Casa de Acolhimento
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		-	2.608,23
Pagamento a fornecedores		(72.077,80)	(64.709,25)
Pagamentos ao pessoal		(193.872,84)	(190.114,58)
Caixa gerada pelas operações		(265.950,64)	(252.215,60)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		404.351,84	343.962,19
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		138.401,20	91.746,59
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		(1.864,85)	(2.641,67)
Recebimentos provenientes de:			
<i>Investimentos financeiros</i>			164,09
<i>Juros e rendimentos similares</i>		1.242,01	1.479,45
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(622,84)	(998,13)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)			
		-	-
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		137.778,36	90.748,46
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		562.300,02	471.551,56
Caixa e seus equivalentes no fim do período		700.078,38	562.300,02

Porto, 15 de março de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Sandra Paiva Martins

A DIRECÇÃO

*Maria do Anjo Santos Pereira
 Maria dos Anjos Marques Pereira
 Maria da Luz Amarel Martins*

Anexo

8. Identificação da Entidade

Denominação Social: CBE – Casa de Acolhimento

Natureza Jurídica: Instituição Particular de Solidariedade Social

CAE: 87901

Sede: Rua S. Dinis, n.º 76 - Porto

N.º de Identificação de Pessoa Coletiva: 500 844 380

Fundo: 304.535,52€

Constituída em 1928

9. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e alterado pelo Decreto – Lei 98/2015 de 2 de junho.

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

10. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:



10.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

10.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

10.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem.

10.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

10.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.



10.1.5. Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

10.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

10.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

10.2.1. Activos Fixos Tangíveis

Os “*Activos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.



As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	3-50
Equipamento básico	3-20
Equipamento de transporte	25
Equipamento administrativo	3-10
Outros Ativos fixos tangíveis	3-12

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

10.2.2. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*).

10.2.3. Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Cientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.



Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

10.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.



10.2.5. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

10.2.6. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) *“As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de*



- utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afecção aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afecção, notificado ao director - geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

11. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

12. Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



31 de Dezembro de 2022						
	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
Custo						
Terrenos e recursos naturais						-
Edifícios e outras construções	854.833,42		(8.963,89)			845.869,53
Equipamento básico	104.831,64		(40.702,04)			64.129,60
Equipamento de transporte	43.115,70		(18.640,08)			24.475,62
Equipamento administrativo	85.055,84	1.589,36	(59.628,08)			27.017,12
Outros Ativos fixos tangíveis	13.616,91	858,19	(4.275,97)			10.199,13
Activos Fixos Tangíveis em Curso	4.460,00					4.460,00
Total	1.105.913,51	2.447,55	(132.210,06)	-	-	976.151,00
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	613.438,13		(8.963,89)			604.474,24
Equipamento básico	100.966,42	26.887,58	(40.702,04)			87.151,96
Equipamento de transporte	43.115,70	860,39	(18.640,08)			25.336,01
Equipamento administrativo	83.470,13	1.281,38	(59.628,08)			25.123,43
Outros Ativos fixos tangíveis	12.661,73	711,57	(4.275,97)			9.097,33
Total	853.652,11	29.740,92	(132.210,06)	-	-	751.182,97

31 de Dezembro de 2021						
	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo						
Terrenos e recursos naturais						-
Edifícios e outras construções	854.833,42					854.833,42
Equipamento básico	102.913,94	1.917,70				104.831,64
Equipamento de transporte	43.115,70					43.115,70
Equipamento administrativo	85.055,84					85.055,84
Outros Ativos fixos tangíveis	13.616,91					13.616,91
Activos Fixos Tangíveis em Curso	4.460,00					4.460,00
Total	1.103.995,81	1.917,70	-	-	-	1.105.913,51
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	577.724,93	35.713,20				613.438,13
Equipamento básico	100.047,29	919,13				100.966,42
Equipamento de transporte	43.115,70					43.115,70
Equipamento administrativo	82.274,24	1.195,89				83.470,13
Outros Ativos fixos tangíveis	12.000,08	661,65				12.661,73
Total	815.162,24	38.489,87	-	-	-	853.652,11

13. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2021	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2021	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2022
Mercadorias		9.519,53	21.078,50	411,56	7.479,70	11.530,93	648,89
Total	-	9.519,53	21.078,50	411,56	7.479,70	11.530,93	648,89
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				30.186,47			18.773,30
Variações nos inventários da produção				-			-



14. Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 o único rédito reconhecido foi relativo a juros.

Descrição	2022	2021
Juros	1.022,73	1.479,45
Total	1.022,73	1.479,45

15. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a Entidade tinha o seguinte valor nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2022	2021
Subsídios ISS - Instituto Segurança Social	354.701,80	347.665,47
Subsídios - Outras Entidades	952,00	2.887,67
Doações	14.280,93	22.078,50
Total	369.934,73	372.631,64

16. Benefícios dos empregados

Em 31/12/2021 a Entidade tinha 16 funcionários em 31/12/2022 tinha 13 funcionários.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao Pessoal	155.161,94	156.669,25
Indemnizações		
Encargos sobre as Remunerações	34.130,83	34.548,53
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1.416,47	1.069,52
Outros Gastos com o Pessoal	-	2.368,11
Total	190.709,24	194.655,41

17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



18. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

18.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2022	2021
Fundo de Compensação	74,82	74,82
Títulos da dívida pública	3.533,51	3.713,85
Total	3.608,33	3.788,67

18.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a empresa não apresentava qualquer valor.

18.3. Clientes e Utentes

Em 2022 e 2021 esta rubrica não apresenta qualquer valor.

18.4. Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Devedores por acréscimos de rendimentos	324,67	543,95
Outros Devedores	87,03	110,70
Total	411,70	654,65

18.5. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a reconhecer		
Outros gastos operacionais	158,97	
Total	158,97	-
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios a reconhecer	29.971,10	
Total	29.971,10	-



18.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa	169,67	365,39
Depósitos à ordem	339.908,71	26.934,63
Depósitos a prazo	360.000,00	535.000,00
Total	700.078,38	562.300,02

18.7. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2022	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2022
Fundo	304.535,52			304.535,52
Resultados transitados	350.536,87	60.992,74	2.400,00	409.129,61
Outras variações nos FP	38.400,00	2.400,00	1.200,00	39.600,00
Total	693.472,39	63.392,74	3.600,00	760.465,13

Na rubrica de Outras Variações nos Fundos Patrimoniais inclui-se o Fundo de Socorro, subsídio a fundo perdido atribuído em 2004 para financiar obras de remodelação e instalação de sistema de incêndio da Instituição.

18.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	4.643,65	3.507,21
Total	4.643,65	3.507,21

18.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	956,99	570,99
Total	956,99	570,99
Passivo		
Imposto sobre o Rend. das Pessoas Singulares	1.484,50	1.328,50
Segurança Social	6.925,97	7.018,75
Outros Impostos e Taxas	67,20	80,34
Total	8.477,67	8.427,59



18.10. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
	Corrente	Corrente
Credores por acréscimos de gastos	27.064,02	31.574,21
Outros credores	22.013,15	22.013,15
Segurança social	7.907,89	
Total	56.985,06	53.587,36

18.11. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica dos "Fornecimentos e serviços externos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	4.782,01	
Serviços especializados	23.346,78	10.698,58
Materiais	1.869,26	1.611,32
Energia e fluidos	14.732,59	19.629,77
Deslocações, estadas e transportes	2.012,65	941,85
Serviços diversos	12.717,97	13.656,06
Total	59.461,26	46.537,58

18.12. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	1,41	8,45
Outros rendimentos e ganhos	11.232,63	6.200,26
Total	11.234,04	6.208,71

18.13. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	10,20	750,28
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	6,20	
Gastos e perdas investimentos não financeiros	76,00	23,00
Outros Gastos e Perdas	5.925,70	8.684,45
Total	6.018,10	9.457,73

18.14. Resultados Financeiros

AS rubricas de gastos e rendimentos relacionados com juros e similares encontram-se divididas da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1.022,73	1.479,45
Total	1.022,73	1.479,45
Resultados financeiros	1.022,73	1.479,45

18.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 15 de março de 2023

Maria Gertrudes Santos Pereira
Maria dos Anjos Marques Pereira
Maria da Eugénia Marcel Martins